TC 013.302/2011-6

Tipo: Tomada de Contas Especial

Entidade: Município Vitória do Mearim/MA.

Responsável: Antônio Normando Bezerra de Farias (ex-Prefeito- falecido, CPF 002.910.483-15); Reginaldo Rio Pearce (ex-prefeito, CPF 104.487.803-72) e Bruno Costa Bezerra de Farias (CPF 676.544.133-15); Carla Costa Bezerra de Farias (CPF 437.574.723-49), herdeiros do Sr. Antônio Normando Bezerra de Farias.

Advogado constituído nos autos: não há.

Dados do Acórdão Condenatório (Peça 55)

Número/Ano: 2237/2015

Colegiado: 1ª Câmara.

Data da Sessão: 28/4/2015.

Ata nº:12/2015.

CHECK-LIST DE VERIFICAÇÃO DE EXATIDÃO MATERIAL EM ACÓRDÃO

Itens a serem verificados no Acórdão:	Sim	Não	Não se aplica
1. Está (ão) correta (s) a(s) grafia do(s) nome(s) do(s) responsável(eis)?	X		
2. Está (ão) correto (s) o (s) número (s) do (s) CPF (s) /CNPJ (s) do (s) responsável (eis)? (Ver extrato do CPF/CNPJ nos autos)	X		
3. Está (ão) correto (s) o (s) valor(es) e a(s) data(s) do(s) débito(s)?	X		
4. Está explícita no acórdão a solidariedade dos débitos? (se for o caso)	X		
5. Está correta a identificação da deliberação recorrida? (Em caso de acórdão recursal)			X
6. Estão corretamente identificados no Acórdão os cofres para recolhimento do (s) débito (s)?	X		
7. A (s) multa (s) será (ão) recolhida (s) aos cofres do Tesouro Nacional?	X		
8. Há autorização expressa para a cobrança judicial da dívida?	X		
9. Há coincidência entre os valores de débito/multa imputados no voto do Relator e os valores que constam no acórdão prolatado?	X		
10. Há algum outro erro material que justifique apostilamento?		X	
11. Há necessidade de autuação de processo de Monitoramento?		X	
12. Há alguma medida processual (ex.: arresto de bens) a ser tomada?		X	
13. Há Representante (s) Legal (is) no processo?		X	
13.1. O(s) Representante(s) Legal(is) está(ao) corretamente cadastrado(s) no processo?			X
13.2. Há cópia (s) da (s) carteira (s) da OAB do (s) Representante (s) Legal (is) corretamente cadastrada (s) no processo?			X
13.3. Em caso de resposta negativa à pergunta anterior, consta cópia do comprovante de inscrição na OAB extraído do cadastro nacional (v. site http://www.oab.org.br/)			X

INSTRUÇÃO DE VERIFICAÇÃO DE EXATIDÃO MATERIAL EM ACÓRDÃO.

1. Atesto quanto aos itens acima indicados, que, conferidos os termos do Acórdão em epígrafe, **NÃO FOI** identificado erro material.

3. Desse modo, submeto o processo à consideração superior, propondo, em face da subdelegação de competência inserta nos incisos II e V, art. 2 – Portaria – Secex-MA n.2. de 29/1/2014 o encaminhamento dos autos ao Serviço de Administração desta Secretaria, para as providências cabíveis, indicadas no Acórdão 2237/2015 – 1ª Câmara, quais sejam:

a) Notificar os responsáveis solidários, Sr. Reginaldo Rio Pearce (ex-prefeito, CPF 104.487.803-72); Bruno Costa Bezerra de Farias (CPF 676.544.133-15) e Carla Costa Bezerra de Farias (CPF 437.574.723-49), herdeiros do Sr. Antônio Normando Bezerra de Farias, de acordo com o estabelecido nos itens 9.2, 9.3, 9.4 e 9.5 do acórdão em epígrafe;

b) Dar ciência desta deliberação, assim como do relatório e voto à Prefeitura e à Câmara de Vereadores do Município de Vitória do Mearim/MA;

c) Encaminhar cópia do Acórdão, relatório e voto à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, para a adoção das medidas que entender cabíveis; e

d) Remeter cópia do acórdão, relatório e voto à Caixa Econômica Federal e ao Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), para ciência do resultado do julgamento, e para que seja dado conhecimento à **unidade de controle interno respectiva**, para as providências pertinentes, nos termos do art. 18, §§ 5º e 6º, da Resolução TCU nº 170/2004.

SECEX-MA, em 8 de maio de 2015.

(Assinado eletronicamente)

Rosa Maria Barros de Miranda

AUFC Mat. 737-4.